

O computador na escola não faz milagres

A OCDE publicou o primeiro relatório exaustivo sobre a incidência das tecnologias na aprendizagem: [Students, Computers and Learning. Making the Connection](#). A principal conclusão é que não há uma relação positiva entre o rendimento académico e o uso do computador ou de outros dispositivos similares na sala de aula. À luz dos dados nos testes de leitura e matemática de acordo com os resultados no PISA 2012, a melhor opção é utilizar as tecnologias de forma moderada. Contudo, os que as utilizavam com muita frequência obtiveram ainda piores resultados do que aqueles que nunca ou quase nunca o faziam.

Quanto aos computadores e ao rendimento existe uma relação curiosa: por um lado, parece que a existência de um elevado número de equipamentos está associada a bons resultados em competências de leitura e de matemática, tanto avaliadas digitalmente, como de forma tradicional. Dos 10 primeiros lugares no *ranking* de leitura, somente na Coreia do Sul o rácio de computadores-alunos é inferior à média da OCDE.

Todavia, quando nos fixamos na utilização dos computadores, e não simplesmente na sua presença, a relação inverte-se: na maioria dos países bem classificados em leitura, a percentagem de alunos que diz utilizar o computador na sala de aula é inferior à média da OCDE. É o que ocorre em Xangai (em primeiro lugar, tanto na avaliação digital como na tradicional), Singapura, Japão, Estónia ou Polónia. Somente na Austrália e Hong Kong, a percentagem de estudantes que diz utiliza-lo na sala de aula, é maior do que na média da OCDE.

Nem os dados históricos permitem estabelecer uma relação positiva entre tecnologia e resultados. Apesar dos gastos em dispositivos terem crescido significativamente nos últimos dez anos, aqueles países que investiram mais dinheiro a equipar tecnologicamente as suas escolas pouco melhoraram os resultados nos testes digitais de leitura e matemática em relação a edições anteriores.

Na OCDE, o tempo médio que os alunos passam na Internet dentro da escola é de 25 minutos por dia. Mas é menor entre os estudantes de quase todos os países que ocuparam os primeiros lugares na última edição do PISA, com exceção dos holandeses, que estão ligeiramente acima (26 minutos).

Entre os estudantes que mais navegam pela Internet nas salas de aula, somente os australianos obtiveram uma boa pontuação no PISA. Os dinamarqueses ficaram-se pela média, enquanto uruguaios, chilenos, gregos, eslovacos, russos, suecos ou espanhóis (todos com tempos de utilização superiores à meia hora diária) ficaram abaixo.

Se utilizar as TIC na sala de aula não melhora as pontuações em língua ou matemática, pelo menos seria de esperar que houvesse uma relação entre maior uso e mais destreza ao navegar pela *web*. No entanto, entre os países que obtêm melhor pontuação neste aspeto (estudantes capazes de diferenciar os *links* interessantes antes de clicar, que encontram facilmente a informação necessária para poder realizar uma tarefa, etc.) encontram-se alguns onde os computadores são muito utilizados na sala de aula (Austrália ou Canadá) e outros onde se utilizam pouco (Coreia do Sul ou Irlanda).

Outra das promessas das tecnologias educativas, a de que contribuiriam para diminuir o fosso entre os melhores e os piores estudantes, não se confirma no estudo. Apesar do tempo que uns e outros dedicam ao computador ser quase idêntico, a diferença de pontos entre os melhores e os piores no teste de leitura digital é igual ao realizado em papel. Segundo os autores, para a reduzir é mais útil assegurar que os estudantes com notas baixas adquiram competências mínimas em leitura e matemática do que proporcionar-lhes um computador. Outros fatores mais relacionados com o sucesso educativo são o número de horas de ensino recebidas e a experiência do professor.

F. R.-B.

“O meu vizinho, o idoso”

A caminho de casa depois das aulas, Jurriën Mentink compra alguns filetes de peixe fresco. O seu vizinho gosta imenso deles, e a ele, que passa de bicicleta próximo do mercado, não lhe causa nenhum problema. Depois de pagar, regressará a casa, visitará o seu vizinho, jantará, e irá estudar um pouco ou mergulhará a ver televisão. A vida de um estudante universitário qualquer. Só que o seu lar é um asilo de idosos. E o seu vizinho, o dos filetes, acaba de fazer 93 anos.

Mentik é um dos seis estudantes que vivem no [Centro Residencial e Assistencial Humanitas](#), uma instituição de cuidados continuados na cidade ribeirinha de De-venter, no leste da Holanda. Em troca de 30 horas mensais de trabalho voluntário, os jovens podem ficar nos quartos vagos a custo zero.

Segundo explica Tiffany Jansen no seu artigo para [“The Atlantic”](#), na Holanda, os estudantes gastam uma média de 366 euros por mês para alugar, e as residências estudantis estão muitas vezes cheias. Amsterdão, por exemplo, teve um déficit de quase 9000 quartos para estudantes em 2014.

Entretanto, as residências de idosos de cuidados continuados estão a enfrentar dificuldades. Em 2012, o governo decidiu deixar de financiar os cuidados continuados para pessoas com mais de 80 anos que não estivessem em situação calamitosa. Um extenso grupo de idosos, que haviam beneficiado de um abono grátis para viver num asilo como Humanistas, ficou então impossibilitado de pagar os custos.

A decisão governamental fez com que menos pessoas se interessassem pelas residências, o que, conseqüentemente, lhes dificultou a sua sobrevivência. O Humanitas, para poder sobreviver, necessitava de uma vantagem distintiva, e algo que evitasse que os residentes pagassem mais do que aquilo que já estavam a pagar. “Foi então que pensámos num grupo de pessoas – os estudantes – que não tinham muito dinheiro”, explica Gea Sijpkes, diretora do centro.

“Se puderem ficar com um quarto no Humanitas, não têm de pedir emprestado demasiado dinheiro para os seus estudos, e nós contamos então com várias pessoas jovens na casa, o que faz do Humanitas o sítio mais quente e agradável em que poderá desejar viver quem quer que necessite de cuidados”.

Como parte do acordo voluntário, Mentik e outros estudantes dedicam parte do tempo a ensinar os residentes a usar o correio eletrónico, as redes sociais ou o Skype.

Para os residentes, os estudantes representam uma ligação com o mundo exterior. Estes partilham as suas experiências com os seus vizinhos idosos e a conversa já não gira em torno dos achaques e das dores.

As investigações vinculam a solidão às falhas de saúde mental e ao aumento da mortalidade, ao mesmo tempo que se observou que a interação social com amigos e familiares melhora a saúde dos idosos.

O modelo de convivência inter-geracional está a começar a ganhar popularidade. Desde que o Humanitas abriu as suas portas aos estudantes em 2012, outras duas residências holandesas seguiram o seu exemplo, e igualmente outra em Lyon (França). Nos Estados Unidos, uma comunidade de reformados de Cleveland, a Judson Manor, já aceita há vários anos estudantes dos Cleveland Institutes of Art and Music.

(Fonte: “The Atlantic”)

A dupla face dos empregos não tradicionais

Nas discussões ocidentais sobre o futuro do mercado laboral entrou na moda o termo “economia gig”, em referência à palavra inglesa que designa um pequeno concerto onde o músico se encarrega não só de interpretar as canções, como também da infraestrutura e da organização. Por analogia, o trabalhador *gig* não tem uma empresa que lhe pague os salários todos os meses, pois vai ganhando o sustento na base de trabalhos pontuais, sejam encargos de outros ou iniciativas próprias que a seguir procura vender a terceiros. Nem tem propriamente um local de trabalho, uma sede do negócio, suprimindo estas e outras carências graças à tecnologia.

Nesta categoria estaria, por exemplo, o autónomo cujo escritório é a sua própria casa, o *freelance* que vende os seus serviços a diversas empresas, aquele que trabalha sem contrato e de modo ocasional dentro de plataformas *peer to peer* tipo Uber. Por vezes, identifica-se a ascensão da *economia gig* com a dos empregos informais (contratos temporários, a tempo parcial, ou diretamente sem contrato) e esquece-se que a grande maioria dos que trabalham nestas situações não o fazem por escolha, mas porque não encontram outro emprego.

A chegada da *economia gig*, ou a “uberização” do mundo laboral (como se costuma dizer em França), não parece que vá transformar radicalmente o panorama, pelo menos a curto prazo, nem que vá terminar com o emprego típico.

Um [relatório](#) da Organização Internacional do Trabalho (OIT) publicado no ano passado, salienta que o “emprego tradicional” nunca o foi realmente na maior parte do mundo. Em conjunto, representa um pouco mais de 50 % de todos os empregos no mundo (o relatório analisa 89 dos países mais povoados). A percentagem aumentou nas últimas duas décadas, também nas economias desenvolvidas, onde o setor *gig* pensa-se estaria a ganhar terreno ao modelo “tradicional”. As diferenças por regiões são enormes: enquanto que no primeiro mundo os assalariados são mais de 85 % dos trabalhadores, no sul da Ásia e na África subsariana mal chegam a 25 %.

Em países de rendimentos elevados, o emprego por conta própria – a categoria dominante no resto do mundo – mal chega aos 10 %, enquanto que nas zonas com rendimentos médios são 17 %.

Os países com menos rendimentos parecem-se com os ricos nos baixos índices de emprego temporário, mas não porque predomine o contrato indefinido, sim porque seis em cada dez têm um negócio próprio, e outros 20 % dedicam-se a explorar, sem remuneração, o património familiar.

Os anos da crise deterioraram a situação de alguns grupos de trabalhadores já em si numa posição mais vulnerável: os que trabalham a tempo parcial e os que desenvolvem a sua profissão por conta própria. Como salienta o relatório, a maioria das pessoas que têm trabalhos “informais” (seja por

trabalhem por conta própria, ou porque os seus contratos são temporários ou a tempo parcial) estão nesta situação porque não puderam aceder a outros postos de trabalho mais estáveis e não por escolha. Para o trabalhador médio, a atração de um salário tradicional e de um seguro de saúde parece ser mais forte do que a da flexibilidade e da autonomia que o modelo *gig* promete.

O panorama laboral está a mudar no mundo, com uma maior percentagem de trabalhadores assalariados, mas também com mais contratos temporários ou a tempo parcial, algo com o qual a crise teve muito que ver. Distinguir nestas tendências o influxo de uma informalidade procurada deliberadamente não é fácil.

Alguns trabalhos estimam que o setor *gig* ainda tem uma presença insignificante, apesar da notoriedade de iniciativas como Uber (táxis) ou Airbnb (alugueres de alojamentos) faça parecer o contrário. Ian Brinkley explica em “The Conversation” que os dados referentes ao Reino Unido [não estão de acordo](#) com a suposta ascensão do *gig*. Se realmente houvesse uma mudança significativa, seria de esperar um rasto na percentagem de trabalhadores autónomos, *freelance*, com vários trabalhos ou com empregos ocasionais e a tempo parcial. No entanto, os dados do Departamento de Estatísticas Nacionais e do Eurostat indicam que em nenhuma destas categorias aconteceu um aumento brusco.

O mesmo sugere, para os Estados Unidos, um [artigo](#) no “The Wall Street Journal”. Todavia, alguns economistas consideram que se trata de [um problema de medição](#): para eles, uma parte importante da economia *gig* está a escapar às categorias tradicionalmente utilizadas para classificar os empregos. Em contrapartida, se se analisarem outros indicadores, o efeito é observável.

F. R.-B.

O polícia e o burkini

No *reality* estival do burkini, vimos polícias franceses [a admoestar](#) e a ameaçar com multas, portadoras do fato de banho completo: “Faça o favor de se descobrir!”. Os polícias da França laica dedicaram-se assim a tarefas de vigilância do vestuário feminino, da mesma forma que a Polícia da Moral iraniana vigia zelosamente para que as mulheres tenham o véu bem colocado, a manga comprida e a maquilhagem discreta.

Em ambos os casos trata-se de velar pelos bons costumes. Aquilo que muda é o que se entende por bons costumes. Em França, de acordo com o decreto do presidente da câmara de Nice, “fica proibido o acesso às praias e poderem nadar, todas

as pessoas que usem fatos de banho que não respeitem os bons costumes e o laicismo”.

Ao que parece, o laicismo e a laicidade são incompatíveis com certos fatos de banho. O burkini não é mais considerado como um qualquer fato de banho, no quadro da mutante e, por vezes, surpreendente moda feminina. Passou a ser visto como um símbolo religioso de ostentação, uma provocação intolerável, e ainda mais nestes tempos em que a França está em luta contra o islamismo radical. A julgar pelos motivos alegados por alguns edis, o burkini pode alterar a ordem pública.

Por último, o [Conselho de Estado](#) teve de esclarecer que aquilo que vulnerabiliza a liberdade é a proibição do burkini.

Na realidade, de acordo com declarações da [inventora](#) australiana do burkini, Aheda Zanetti, não se pretende manifestar qualquer crença religiosa, mas utilizar um fato de banho que permita juntar o desporto e o pudor islâmico. O pudor é algo muito relativo, consoante as situações e as culturas. Mas para o rígido laicismo francês, o *topless* é indiferente e o burkini um escândalo público; as várias maneiras de se desnudar são normais, mas o burkini é extremismo.

Em última análise, o escândalo não reside nos centímetros de pele coberta, mas na motivação. Não acho que os polícias franceses persigam a surfista que utiliza um fato de mergulho de neopreno. Nem que o público se escandalize diante dos fatos Speedos de [nadadoras](#), que cobrem mais do que ensinam. Aquilo que não se entende é que para algumas muçulmanas o pudor também tenha as suas exigências peculiares, que a muitos nos parecem exageradas, mas que no fim de contas não incomodam.

E observa-se que encontrou um nicho no mundo da moda. A [Mark & Spencer](#) já o tem na sua coleção desde há três anos, e esgotou as existências, com uma clientela não apenas muçulmana.

Não é preciso gostar do burkini para o tolerar. Se o motivo dos edis franceses para o proibir é que o público possa considerá-lo uma provocação, haveria que interrogar-se se outros modos de vestir não suscitam reações. Mas noutros casos o que se defende é a liberdade das mulheres para vestirem da forma que quiserem, à margem do que possam suscitar.

Têm de se fazer muitos malabarismos dialéticos para justificar a proibição do burkini como defesa da liberdade das mulheres. É dado por adquirido que as muçulmanas que o usam o fazem por imposição de um homem, como se não tivessem vontade nem autonomia. Será isto uma forma de as respeitar? Se o objetivo declarado é a emancipação da mulher muçulmana, ter-se-á de começar por respeitar o seu próprio modo de conceber a realização da mulher, que não tem necessariamente de coincidir com os cânones do feminismo ocidental.

Muito menos parece útil esta proibição em nome da luta contra o particularismo comunitário e a favor da integração social. É difícil criar um sentimento de comunidade nacional quando alguns setores são excluídos por terem uma ideia particular sobre o fato de banho. Se os valores republicanos franceses são incompatíveis com o burkini, dão a impressão de serem bastante estreitos. E, à partida, não se vai conseguir obter uma maior integração social das muçulmanas devotas se forem impedidas de nadar. Será mais um modo de as isolar em casa.

Talvez se pudesse aplicar ao burkini essa tolerância tão ampla que temos com outros costumes minoritários. Nas piscinas públicas de Madrid, o município impôs este verão “o dia sem fato de banho”, talvez para familiarizar o público em geral com a prática nudista, que, sem dúvida, incomoda muita gente. Talvez em breve alguém venha pedir “o dia com burkini”, para atender a todas as sensibilidades. Não somos a favor da diversidade e da inclusão?

I. A.

“Quién es quién en la familia”

“Wer ist wer in der Familie”

Autor: Joan Baptista Torelló

Ediciones Cristiandad. Madrid (2015).

224 págs.

Tradução (castelhano):

María Xesús Bello.

Se houvesse que dar um subtítulo a esta obra de Joan Baptista Torelló (1920-2011), sacerdote, eminente psiquiatra e profundo teólogo, este poderia ser: “Breve tratado de antropologia cristã”. A verdade é que, partindo da família como caldo de cultura para o desenvolvimento da personalidade, este pequeno livro apresenta todas essas grandes verdades que, desde há quatro séculos, “são pronunciadas com voz cada vez mais baixa”. Os seres humanos são feitos para o risco; contudo, convertemo-nos em “viciados na certeza”, “alterámos”, diz o autor, “o humilde conhecimento das coisas mais importantes pela certeza absoluta das coisas mais triviais”. Assim, sabemos tudo sobre o funcionamento de um motor ou de um computador; todavia, temos um conhecimento mínimo sobre a essência do homem, da vida, do amor, do mal, da morte ou de Deus.

A tese fundamental de Torelló é que a família cristã é o refúgio da liberdade. Em primeiro lugar, porque nela reina a certeza do

amor interpessoal; em segundo lugar, porque, como prolongamento do seio materno, nela efetua-se o amadurecimento pessoal dos seus membros; e, em terceiro lugar, porque o lar é, de facto, o único âmbito de liberdade para o cidadão médio. A família necessita do desenvolvimento de todos os seus membros, tanto dos pais como dos filhos, pois a evolução psíquica da criança é inseparável da dos progenitores.

“Quién es quién en la familia” analisa o papel do pai, cuja “presença ativa” não pode ficar reduzida a algumas brincadeiras à noite; a dignidade específica da mulher; o amor e a entrega, a intimidade e o pudor; a sexualidade como a realização física do amor; a educação e a virtude; a “idade bonita” da adolescência; o encontro pessoal com os idosos.

Torelló foi autor multilingue. A presente obra foi escrita em alemão, em 1995, algo que deve ser tido em conta quando se abordam certos dados e, em particular, a bibliografia citada. O tempo decorrido não retira, no entanto, atualidade à análise fina que o autor efetua na dupla perspetiva psicológica e teológica. Se a primeira confere senso comum aos temas tratados, a segunda aponta para o seu ancoradouro mais profundo, algo que converte este livro, como se disse, num “breve tratado de antropologia cristã”.

P. G.

